

## DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

**Processo:** SIPE nº 178105/2026

**Contratação:** Gestão integrada dos eventos oficiais do calendário municipal de Itajaí — ciclo 2026/2027 (Marejada 2026, Réveillon 2026/2027, Carnaval 2027 e Festa do Colono 2027)

**Órgão demandante:** Município de Itajaí — Secretaria Municipal de Turismo e Eventos — SETUR

**Documento vinculado:** Estudo Técnico Preliminar (ETP); Termo de Referência (TR); Resumo Executivo.

**Data de elaboração:** 09 de maio de 2026

**Base normativa:** Lei nº 14.133/2021, especialmente os arts. 12, inciso VII, 18, caput e §1º, 23 e 53; Decreto Municipal regulamentador aplicável.

### 1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE DEMANDANTE E RESPONSÁVEIS

A presente demanda é formalizada pela Secretaria Municipal de Turismo e Eventos (SETUR) do Município de Itajaí/SC, unidade gestora dos eventos que integram o calendário oficial do Município e responsável pela formulação e execução da política pública de turismo, pelo fomento à economia criativa local e pelo posicionamento estratégico da cidade como destino turístico de referência no contexto regional e nacional.

A elaboração técnica deste Documento de Formalização da Demanda e das demais peças que instruirão o processo está a cargo da Equipe de Planejamento da Contratação, e identificada no bloco de assinaturas deste instrumento. A constituição formal da equipe observa o art. 7º da Lei nº 14.133/2021, que estabelece diretrizes para a designação dos agentes públicos responsáveis pelas funções essenciais à execução da Lei, e harmoniza-se com o dever de planejamento previsto no art. 18 do mesmo diploma.

## 2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE PÚBLICA

A SETUR é responsável pela execução de quatro eventos estruturantes do calendário oficial do Município, todos com elevada relevância turística, cultural e econômica, sistematizados na tabela a seguir:

**Tabela 01 — Eventos estruturantes do calendário oficial de Itajaí — ciclo 2026/2027**

<b>Evento</b>	<b>Local</b>	<b>Período previsto</b>	<b>Público de referência</b>	<b>Caracterização</b>
<b>Festa do Colono 2027</b>	Parque do Agricultor	Julho/2027	150.000	Celebração tradicional da cultura agrícola e da imigração, com relevância cultural, turística e econômica para o Município.
<b>Marejada 2026</b>	Centreventos e CCP	Outubro/2026	200.000	Principal evento turístico-gastronômico de Itajaí, associado à identidade cultural local e à promoção turística do Município.
<b>Réveillon Itajaí 2026/2027</b>	Praia Central, Beira-Rio e CCP	Dez/2026 a jan/2027	100.000	Evento de virada do ano, com programação musical, queima de fogos e elevada concentração de público em espaços urbanos e litorâneos.
<b>Carnaval de Itajaí 2027</b>	Circuito misto em espaços públicos do Município	Fev/Mar de 2027	60.000	Celebração popular com programação cultural, estrutura urbana temporária e circulação significativa de público.
<b>TOTAL DO CICLO</b>			<b>510.000</b>	—

Em conjunto, esses eventos mobilizam público de referência de 510.000 (quinhentas e dez mil) pessoas por ciclo anual, impulsionam encadeamentos produtivos locais de largo alcance — especialmente nos setores de hotelaria, gastronomia, comércio, transporte,

entretenimento e comunicação — e constituem peça central da estratégia institucional de posicionamento de Itajaí como destino turístico. Trata-se de objeto dotado de nítida natureza de interesse público primário, que transcende interesses particulares e mesmo os interesses secundários da própria Administração. Por isso, a gestão eficiente desses eventos não constitui mera opção administrativa ou política, mas imperativo jurídico decorrente do princípio da eficiência (art. 37, caput, CF) e do dever de planejamento que orienta a fase preparatória das contratações públicas.

## **2.1. Deficiências estruturais do modelo de contratações fragmentadas**

Historicamente, a operação desses eventos vem sendo conduzida por meio de contratações pulverizadas, estruturadas a partir de processos licitatórios pontuais e autônomos para cada componente operacional — palcos, sonorização, iluminação, segurança, comunicação, limpeza, sanitários, geradores e estruturas temporárias. Esse modelo, embora possa encontrar fundamento abstrato na diretriz de parcelamento prevista nos arts. 40, §3º, e 47, §1º, da Lei nº 14.133/2021, tem produzido, na prática administrativa da SETUR, externalidades negativas reiteradas e documentadas que a presente Demanda busca superar.

A fragmentação não tem resultado, no caso concreto, em ampliação da competição ou em economicidade para o erário, mas em perda de coordenação operacional, hipertrofia burocrática, exposição a dispensas emergenciais e vulnerabilidade ao controle externo. Considerados em conjunto, tais efeitos tornam a manutenção do status quo juridicamente frágil sob os princípios da eficiência (art. 37, caput, CF), da economicidade (art. 70, caput, CF) e dos objetivos do processo licitatório previstos no art. 11, I, da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração. Os fatos que documentam essas deficiências são os seguintes:

### **Fato 1 — Sobrecarga administrativa crítica: Festa do Colono 2025**

A Festa do Colono 2025 demandou a abertura e gestão simultânea de mais de 25 (vinte e cinco) processos licitatórios distintos, comprometendo severamente a capacidade técnica e operacional da SETUR. Esse volume processual, concentrado em torno de um único evento, revela não apenas ineficiência operacional, mas fragilidade no planejamento integrado da contratação, em desconformidade com a lógica de planejamento que orienta a fase preparatória prevista no art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União já assentou que a fragmentação excessiva, quando não justificada por razões técnicas ou de mercado, constitui vício de planejamento que compromete a eficiência administrativa e expõe o gestor a responsabilização (TCU, Acórdão nº 2.380/2012 — Plenário, rel. Min. Valmir Campelo). A manutenção de elevado número de processos autônomos para viabilizar componentes interdependentes de um mesmo evento deve, portanto, ser analisada com cautela, especialmente quando houver alternativa capaz de preservar a competitividade sem transferir à Administração o ônus desproporcional da integração operacional.

## **Fato 2 — Recurso a contratações emergenciais: Marejada 2025**

A edição 2025 da Marejada exigiu Dispensa de Licitação no montante de R\$ 647.000,00 (seiscentos e quarenta e sete mil reais) para suprir falhas operacionais relacionadas à insuficiência de planejamento integrado e à fragmentação do modelo contratual então adotado. A necessidade de contratação direta, nesse contexto, evidencia que a dispersão de processos reduz a margem temporal da Administração para concluir contratações ordinárias, especialmente quando há atrasos, licitações desertas ou fracassadas, impugnações, incompatibilidades entre cronogramas ou ausência de fornecedor contratado para componente essencial.

## **Fato 3 — Auditoria do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina: Réveillon 2025/2026**

A execução do Réveillon 2025/2026 motivou a instauração de auditoria pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, com requerimento formal de informações sobre o planejamento, a contratação e a execução do evento, nos termos do Ofício TCE/SC nº 928/2025. A circunstância demonstra que o modelo atual não apenas gera ineficiência, mas produz passivo de controle externo que recai diretamente sobre os gestores e compromete a imagem institucional do Município.

A exposição reiterada ao controle externo constitui dado objetivo relevante para a reavaliação do modelo contratual, especialmente quando os apontamentos se relacionam à governança, ao planejamento, à definição de responsabilidades e à segurança da execução. A reformulação do modelo apresenta-se, sob essa perspectiva, como medida de aperfeiçoamento da transparência, da rastreabilidade das decisões e da boa administração.

#### **Fato 4 — Exposição a riscos climáticos não mitigados contratualmente**

A condição litorânea de Itajaí impõe alta exposição a eventos climáticos adversos no segundo semestre e no verão, justamente o intervalo de maior concentração dos eventos do calendário oficial. O modelo fragmentado mostra-se estruturalmente limitado para endereçar esses riscos de forma coordenada, pois a ausência de contratado principal com responsabilidade integrada dificulta a constituição de protocolos unificados de contingência, a previsão de seguros integrados e a alocação contratual clara dos riscos.

Essa fragilidade dialoga diretamente com o art. 22, §3º, da Lei nº 14.133/2021, que prevê a possibilidade de o edital contemplar matriz de alocação de riscos entre contratante e contratado. Em eventos realizados em espaços públicos, com estruturas temporárias, elevada concentração de público e exposição climática relevante, a ausência de tratamento sistêmico dos riscos amplia a dependência de soluções improvisadas durante a execução, comprometendo a segurança operacional, a previsibilidade administrativa e a adequada apuração de responsabilidades.

#### **2.2. Síntese da necessidade e encaminhamento ao ETP**

Os fatos descritos — sobrecarga administrativa, recurso a contratações emergenciais, auditoria de controle externo e exposição a riscos climáticos não mitigados — não constituem episódios isolados, mas sintomas consistentes de um modelo de contratação progressivamente incompatível com a natureza, a escala e a complexidade dos eventos que integram o calendário oficial do Município. A origem comum reside na ausência de coordenação entre os componentes operacionais e na pulverização dos instrumentos contratuais que os suportam.

A necessidade identificada possui três características objetivas que deverão orientar, sem substituir, a análise do Estudo Técnico Preliminar: (i) abrange o ciclo completo de quatro eventos oficiais, com público agregado de 510.000 pessoas e cadeia operacional comum; (ii) exige coordenação técnica e gestão integrada de riscos entre componentes que, no modelo atual, são contratados de forma isolada e sem responsabilidade unificada; e (iii) demanda solução administrativa e contratual que confira à Administração previsibilidade operacional, governança, continuidade de qualidade e capacidade efetiva de resposta a contingências.

Assim, o presente DFD delimita a necessidade a ser enfrentada e a presente Demanda formaliza o encaminhamento técnico ao ETP, ao qual compete, nos termos do art. 18 da Lei

nº 14.133/2021 e do Anexo I da IN SEGES/ME nº 58/2022, analisar as alternativas disponíveis, avaliar sua viabilidade técnica e econômica, comparar os modelos possíveis e indicar, de forma motivada, a solução mais adequada ao interesse público — inclusive quanto à conveniência de integração ou parcelamento do objeto, ao regime de execução, aos critérios de julgamento, à metodologia de remuneração, à matriz de riscos e aos demais elementos necessários à adequada estruturação da contratação.

### **3. QUANTITATIVO ESTIMADO E PARÂMETROS ECONÔMICOS PRELIMINARES**

O quantitativo estimado corresponde ao público de referência dos quatro eventos oficiais abrangidos pelo ciclo 2026/2027, consolidado na Tabela 01 do item 2 deste Documento. Os quantitativos têm função de dimensionamento inicial da necessidade administrativa, conforme histórico de realização informado pela SETUR e parâmetros preliminares consolidados na fase de planejamento, e não substituem a estimativa detalhada do valor da contratação, a pesquisa de preços, a análise de mercado e a memória de cálculo a serem desenvolvidas e consolidadas no ETP, no Termo de Referência e em seus anexos.

O público total de referência, estimado em 510.000 pessoas por ciclo anual, constitui parâmetro preliminar para dimensionar a escala da demanda, a complexidade operacional dos eventos, a necessidade de planejamento integrado, a capacidade mínima de atendimento ao público, os riscos associados à execução e a futura estimativa de valor.

Os parâmetros econômicos da contratação — per capita de referência, piso de inexequibilidade, valor total estimado e metodologia de formação do preço — deverão ser tratados de forma detalhada no Estudo Técnico Preliminar, no Termo de Referência e na respectiva memória de cálculo, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e, quando aplicável, com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que poderá ser utilizada como referencial metodológico para a pesquisa de preços quando compatível com a regulamentação local.

### **4. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA)**

A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) da SETUR para o exercício de 2026, em conformidade com o art. 12, VII, da Lei nº

14.133/2021, dispositivo que prevê o PCA como instrumento de racionalização das contratações públicas, de alinhamento com o planejamento estratégico e de subsídio à elaboração das leis orçamentárias. A indicação da contratação no PCA evidencia que a demanda decorre de planejamento administrativo prévio relacionado à execução dos eventos oficiais, em compatibilidade com a natureza recorrente das festividades e com o dever de planejamento da fase preparatória.

A compatibilidade orçamentária da futura contratação — indicação da dotação específica, suficiência de saldo e adequação às peças de planejamento orçamentário do Município — deverá ser confirmada oportunamente pela área orçamentária e financeira, antes da autorização da despesa e da publicação do edital.

## **5. INDICAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO**

Nos termos do art. 7º da Lei nº 14.133/2021 e observado o dever de planejamento da fase preparatória previsto no art. 18, a Equipe de Planejamento da Contratação é composta pelos servidores formalmente designados, aos quais compete a elaboração técnica do Documento de Formalização da Demanda, do Estudo Técnico Preliminar, do Termo de Referência, da Matriz de Critérios de Avaliação e dos demais anexos do processo. A Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022 poderá ser utilizada como referencial metodológico para a elaboração do ETP, especialmente quanto à organização dos elementos técnicos da fase preparatória, quando compatível com a regulamentação municipal.

A atuação da equipe observará os princípios do planejamento, eficiência, motivação, segregação de funções e seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso (arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021). Em razão da complexidade do objeto — eventos oficiais de grande porte, múltiplos componentes operacionais, elevado público estimado, gestão de riscos e interface com diferentes órgãos e serviços públicos —, a designação formal da equipe constitui medida necessária à adequada governança da fase preparatória.

## **6. ENCAMINHAMENTOS**

Diante do exposto, a SETUR encaminha o presente Documento de Formalização da Demanda à Equipe de Planejamento da Contratação, para adoção das seguintes providências:

- elaboração do Estudo Técnico Preliminar, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e, no que couber, da IN SEGES/ME nº 58/2022, com a devida fundamentação técnica da solução a ser adotada, incluindo análise da necessidade pública, levantamento de mercado, avaliação das alternativas, estimativa preliminar de valor, análise de riscos e justificativa da solução recomendada;
- elaboração do Termo de Referência, em conformidade com o art. 6º, XXIII, da Lei nº 14.133/2021, contemplando os elementos necessários à definição do objeto, requisitos da contratação, modelo de execução, critérios de medição e pagamento, obrigações das partes, critérios de habilitação, condições de fiscalização e demais parâmetros para a futura elaboração do edital;
- elaboração da Matriz de Critérios de Avaliação como instrumento auxiliar de julgamento e parametrização das propostas, em consonância com o Termo de Referência, especialmente em razão da possível adoção do critério de julgamento por técnica e preço, cuja pertinência deverá ser motivada nos documentos técnicos da fase preparatória;
- elaboração dos anexos do Termo de Referência, devidamente identificados, numerados e integrados ao respectivo instrumento, incluindo, quando aplicável, estimativas, modelo de proposta, protocolo de aferição de público, matriz de riscos detalhada, indicadores de desempenho e demais documentos necessários à execução, fiscalização e controle do objeto;
- submissão do conjunto documental à Procuradoria-Geral do Município para parecer jurídico (art. 53 da Lei nº 14.133/2021) e à Diretoria de Licitações e Contratos para análise procedimental, previamente à publicação do edital, sem prejuízo de ajustes, complementações ou diligências que venham a ser solicitados no curso da análise.

A presente Demanda mostra-se compatível com as atribuições institucionais da SETUR, atende ao interesse público identificado e alinha-se aos princípios da legalidade, do planejamento e da eficiência. O presente encaminhamento delimita a necessidade administrativa a ser tecnicamente aprofundada no ETP e nos demais artefatos da fase preparatória.

Itajaí/SC, 09 de maio de 2026.

---

**Diego Henrique de Jesus Oliveira**

Diretor-Executivo de Turismo e Eventos  
Secretaria Municipal de Turismo e Eventos

---

**Gabriela Kelm**  
Secretária Municipal de Turismo e Eventos